

DOBRADINHA FISCAL – NFe & NFC-e

Regras para emissão NF-e, MDF-e e NFC-e

Objetivo:

Capacitar os participantes para a correta emissão dos documentos fiscais eletrônicos (NF-e / MDF-e / Manifestação do Destinatário / CC-e / Demais eventos atrelados a NFe...), com base na legislação vigente, buscando esclarecer dúvidas, repassando procedimentos e dicas, facilitando assim o dia a dia dos profissionais envolvidos, diminuindo eventuais contingências fiscais. Ensinar as regras quanto a implantação e uso da nota fiscal de consumidor eletrônica – NFC-e, documento fiscal acessório que substitui a nota fiscal modelo 2 e o Emissor de cupom fiscal (ECF), onde a partir da publicação do Ato Diat 56/2024 será obrigatório fazer a transição do ECF e PAF/ECF para o modelo XML 65(NFC-e) conforme cronograma definido, adequação esta necessária para adaptação a REFORMA TRIBUTÁRIA.

A quem se destina:

Aos profissionais das áreas de Faturamento, Expedição, Recebimento, Contas a pagar e a Receber, Contabilidade e Escrita fiscal, bem como, acadêmicos ou demais interessados em aprofundar o conhecimento no assunto.

Conteúdo Programático:

MATUTINO

CENÁRIO TRIBUTÁRIO

Legislação Inerente
Regras Básicas
Aspectos Gerais Aplicados

ASPECTOS DA NOTA FISCAL ELETRONICA - NF-e

- ✓ Natureza de Operação e CFOP
- ✓ Nova Tabela CFOP – a partir de 01/06/2024
- ✓ Data emissão X Data saída
- ✓ Chave de acesso
- ✓ Validade do documento
- ✓ Descrição dos produtos
- ✓ Classificação fiscal do IPI (NCM)
- ✓ Código legal do enquadramento do IPI
- ✓ CEST – código especificador da substituição tributária
- ✓ CST (ICMS, IPI, PIS e COFINS) e CSOSN (Simples Nacional)
- ✓ Código de enquadramento do IPI (cEnq)
- ✓ Código do benefício fiscal do ICMS (cBenef) – em SC a partir de 11/2023
- ✓ Unidades de medida (implementação em estudo e padronização a nível nacional)
- ✓ Regras aplicadas as empresas do Simples Nacional;
- ✓ Dados do Transportador
- ✓ Obrigatoriedade de informar no arquivo XML do substituído o valor da base de calculo e do valor do ICMS/ST retido
- ✓ Devolução de Compras (ICMS ST, IPI, ICMS e Simples Nacional)
- ✓ **Novas Regras quanto Recusa e Reentrega a novo destino – a partir de 01/09/2024**
- ✓ Confirmação do Recebimento – eventos de manifestação do destinatário
- ✓ Novos eventos para recusa de recebimento de mercadorias (insucesso na entrega)
- ✓ Código de barras com GTIN (numeração global de item comercial)
- ✓ Alíquotas de ICMS internas 2024 – seus reflexos
- ✓ Regra para retirada e entrega de mercadorias em local diferente do destinatário
- ✓ Emissão de NF-e ou NFA-e pelo MEI
- ✓ Regras da dispensa da emissão do DANFE
- ✓ MDF-e – manifesto de documentos fiscais eletrônicos (obrigatoriedade para empresas e transportadoras)
- ✓ MDF-e – operações internas, obrigatoriedade

NORMAS GERAIS

- ✓ Carta de correção - CC-e
- ✓ **Novas Regras quanto da não possibilidade de ajuste por CC-e – a partir de 01/09/2024**
- ✓ Cancelamento de NF-e dentro e fora do prazo de 24 horas (operação de estorno)
- ✓ Inutilização da numeração
- ✓ Nota Fiscal Denegada e Rejeitada
- ✓ **NOVAS REGRAS QUANTO DENEGAÇÃO – a partir de 01/09/2024**

- ✓ Dispensa da impressão do DANFE
- ✓ Penalidades legais

VESPERTINO

NOTA FISCAL DE CONSUMIDOR ELETRÔNICA - NFC-E

- ✓ Conceito de NFC-e
- ✓ Obrigatoriedade para uso da NFC-e
- ✓ Casos de Vedação do uso da NFC-e
- ✓ Quais Documentos Fiscais serão Substituídos?
- ✓ Obrigatoriedade de Regime Especial (TTD)
- ✓ Obrigatoriedade da Certificação Digital
- ✓ Cronograma de Obrigatoriedade – Ato Diat 56/2024
- ✓ Adesão Facultativa (TTD 706, TTD 707 e TTD 710)
- ✓ Adesão obrigatória ao DTEC
- ✓ Emissão simultânea de NFC-e x ECF
- ✓ Numeração e Série da NFC-e
- ✓ CFOP permitidos para emissão da NFC-e
- ✓ Regras para emissão de documentos com o CFOP 5.929 (NF-e x NFC-e)
- ✓ Campos a ser observados na geração do arquivo XML
- ✓ Obrigatoriedade da identificação do cliente? (CPF/CNPJ)
- ✓ Valores mínimos e máximos para a identificação do cliente (por Estado)
- ✓ Principais vantagens e desvantagens
- ✓ Utilização Programa Aplicativo Fiscal (PAF-ECF)
- ✓ Uso da Carta de Correção Eletrônica (CC-e)
- ✓ Validação dos Campos:
- ✓ NCM
- ✓ Código de Barras(GTIN)
- ✓ CEST
- ✓ Programa Fiscal – “Nota Fiscal Catarina”
- ✓ Identificação do cliente – é obrigatório informar CPF/CNPJ?
- ✓ Utilização Qrcode (smartphones)
- ✓ Regras para:
- ✓ Cancelamento - prazos;
- ✓ Contingência
- ✓ Denegação
- ✓ Inutilização
- ✓ Estorno de NFC-e fora do prazo
- ✓ Carta de correção (vedada)
- ✓ Informação da condição de pagamento na NFC-e
- ✓ Documento Auxiliar da Nota Fiscal Consumidor Eletrônica (DANFE NFC-e)
- ✓ Obrigações Acessórias dispensadas com o uso da NFC-e
- ✓ Dispensa da impressão do DANFE-NFC-e
- ✓ NFF – nota fiscal fácil – aplicação
- ✓ NFF – modelo de documentos permitidos
- ✓ NFF – quem poderá emitir
- ✓ NFF – utilização por meio de aplicativo
- ✓ Demais assuntos inerentes ao tema

BIBLIOGRAFIA

- ✓ SPED – Sistema Público de Escrituração Digital .[s.d]. Página Inicial. Disponível em: <www.sped.rfb.gov.br>. Acesso em: 29 de nov. de 2019.
- ✓ AJUSTE SINIEF 7, de 30 de setembro de 2005. Institui a Nota Fiscal Eletrônica e o Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica.
- ✓ AJUSTE SINIEF 21, de 16 de dezembro de 2010. Institui o Manifesto Eletrônico de Documentos Fiscais MDF-e.
- ✓ Guia Prático da EFD Contribuições, versão 1.35 de 18.06.2021.
- ✓ Guia Prático EFD ICMS IPI - v 3.1.5 de 25.09.2023
- ✓ Portal do Manifesto Eletrônico de Documentos Fiscais – SVRS. [s.d]. Página Inicial. Disponível em: <www.dfe-portal.svrs.rs.gov.br/Mdfe/>. Acesso em: 09 de dez. de 2019.
- ✓ Manual de Orientação ao Contribuinte - MOC - versão 7.0 - NF-e e NFC-e. Define as especificações e critérios técnicos necessários para a integração entre os sistemas das Secretarias de Fazendas dos Estados e os sistemas de informações das empresas emissoras de Nota Fiscal Eletrônica - NF-e e de Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica - NFC-e
- ✓ Lei Estadual SC - 10.297/96, de 26 de dezembro de 1996. Dispõe sobre o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS e adota outras providências.
- ✓ RICMS – Decreto nº 2.870 de 28 de agosto de 2001. Aprova o Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação do

- ✓ Estado de Santa Catarina.
- ✓ RICMS – Decreto nº 555 de 13 de abril de 2020 que altera o Anexo 11 do RICMS/SC e introduz a Nota Fiscal de Consumidor Eletrônico (NFC-e) em Santa Catarina
- ✓ Ajuste SINIEF 15/2018 que institui a Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica, modelo 65, e o Documento Auxiliar da Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica.
- ✓ Portaria SEF 264/2019 que criou o projeto de desenvolvimento do Programa de Incentivo à Cidadania Fiscal “Nota Fiscal Catarina”
- ✓ Ajuste SINIEF 01/2013 que institui a Nota Fiscal Eletrônica e o Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica

Instrutores:

DERLINDO MASCHIO: Formado em Técnico de Administração de Empresas. Graduando em Ciências Contábeis – FURB Blumenau. Experiência de mais de 35 anos na área fiscal e tributária. Durante 17 anos atuou como Supervisor da área fiscal da empresa Acon Controller Ltda. Diretor da Empresa Visão Moderna Treinamentos e Cursos. Consultor na área fiscal e tributária. Instrutor: Soma Cursos de Janeiro/2003 a junho/2015; Sescon (Blumenau, Florianópolis e Joinville); Sescap Paraná (Curso Analista Fiscal – Prático); CRC/SC e FECONTEC – PEC Projeto Educação Continuada

JOÃO ADRIANO PHILIPPS: Formado Ciências Contábeis com ênfase em custos pelo IBES/SOCIESC e MBA em Gestão Tributária pelo INPG Blumenau. Atuando nos últimos 20 anos na área fiscal, Consultor na área fiscal e tributária. Instrutor: Sescon (Blumenau, Florianópolis e Joinville), CRC/SC e FECONTEC – PEC Projeto Educação Continuada, CDL Balneário Camboriú e Soma Cursos.

Abrangência: Aberto ao público

Carga horária: 8 horas